

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

1606ª Reunião

Encontro de 4 de dezembro de 1971

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caros Delegados,

Estamos cursando o terceiro e segundo ano de Relações Internacionais na FACAMP e estamos muito contentes em poder convidá-los a participar do primeiro FACAMP MODEL UNITED NATIONS no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Acreditamos que, ao participar de um modelo das Nações Unidas, tem-se a oportunidade de agregar conhecimento acadêmico, profissional e pessoal ao mesmo tempo. Dessa forma, desejamos a todos os participantes do FAMUN, em especial aos participantes do CSNU, que tenham ótimas simulações e aproveitem todos os momentos, uma vez que estarão numa posição de poderem reescrever a história. Temos certeza que todos terão muito a contribuir à discussão, e que irão, não somente adquirir experiências de vida, mas, também, se divertir muito conosco.

Atenciosamente,

Matheus Augusto Soares – Diretor

Isabella Faria Sousa - Diretora Assistente

Vitória Rivera Dos Santos – Diretora Assistente

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

INSTRUÇÕES GERAIS AOS DELEGADOS

É importante ressaltar que não esperamos que tudo ocorra exatamente como na reunião do CSNU de 1971. Os participantes são convidados a analisar a história e a partir daí trabalhar com elementos que apareceram durante o transcorrer desse episódio ou também colocar em pauta debates e propostas inéditas. É de grande importância e recomenda-se um estudo elaborado dos fatos marcantes – antecedentes, quando a guerra começou e as reivindicações das partes envolvidas no conflito - até os dias das reuniões do Conselho de Segurança para debater a Guerra Indo-Paquistanesa. A partir do momento em que a primeira reunião começar, será como se a história ainda não tivesse escrita e, portanto, os delegados participantes terão a oportunidade de revivê-la.

Todavia, todas as ideias que surgirem no debate devem ser coerentes ao momento em que se passou o episódio. É importante enfatizar que se espera que os delegados não cometam anacronismo histórico¹.

Dessa forma, é importante que os participantes façam o exercício de voltar à época da reunião em questão e se inteirar - além de toda a conjuntura histórica- do modo e da percepção de vida da época, das ideias que eram correntes, das novidades e dos receios comuns do período. Como era viver sobre a ameaça nuclear? Os movimentos populares tinham força nessa época? Como as pessoas se vestiam e se portavam? São todas perguntas que, devidamente respondidas, deixarão o debate ainda mais interessante.

Para que as reuniões do Conselho de Segurança tenham êxito, é importante que os delegados ali presentes desempenhem um papel que condiz com a posição do país que representa. Nesse sentido, é importante conhecer e saber o posicionamento do país representado em relação às Nações Unidas e, também, acerca do assunto a ser discutido.

Primeiramente, é essencial conhecer o próprio país representado: um apanhado geral da história e da geografia do país representado pode ajudar os delegados a se familiarizarem com as diferentes maneiras de atuar dos países no âmbito internacional.

¹ Brevemente, o anacronismo ocorre quando, ao analisar um acontecimento do passado, leva-se em conta o pensamento e a conjuntura atual, que podem ser diferente dos da época (MICHAELIS, 2013), no caso, o ano de 1971. Isso inclui o acesso e uso de tecnologias não comuns à época, como computadores e celulares, que, portanto, não poderão ser usados durante o debate formal.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Sobre a posição dos países durante a reunião, é importante se inteirar de atuações diplomáticas e de seu posicionamento diante o âmbito internacional. Depois de adquiridos esses conhecimentos gerais, também é importante que se analise o histórico de atuação do país na ONU. A posição político-diplomática dos países deve estar presente na atuação dos delegados durante as reuniões.

É normal que, ao se inteirar sobre um assunto, tenhamos nossas próprias convicções. Logo, a pesquisa sobre o país representado é necessária e de suma importância para o debate seja fluido e coerente, ou seja, é essencial que o delegado se coloque em posição de defesa das ideias e do interesse do país representado, e não de suas próprias convicções e opiniões. Esse é, talvez, o mais importante elemento de aprendizado de uma simulação.

No que concerne as regras de procedimento das reuniões, o delegado deve estudá-las previamente e comparecer às reuniões providos de seu inteiro conhecimento. Não é difícil se familiarizar com essas regras, por isso pede-se aos integrantes do comitê sempre levá-las em consideração durante os debates e tê-las consigo para eventuais consultas. E, ainda, caso dúvidas surjam no transcorrer das sessões, os candidatos podem utilizar-se de recursos simples para tirar suas dúvidas quanto aos procedimentos da reunião. Quanto melhor o cumprimento das regras, melhor a fluidez das reuniões. Falar quando lhe é concedida a palavra, manter o decoro e sempre estar de acordo com a política externa do país representado são o caminho para que as reuniões tenham êxito.

Quanto ao desenvolvimento do debate, é notável que um acordo entre Índia e Paquistão – discutido durante as reuniões – pode levar ao fim da guerra. Não obstante, os Estados presentes na reunião podem ter opiniões diferentes sobre a Guerra Indo-Paquistanesa. Desse modo, os delegados talvez enfrentem, também, a possibilidade de que os países envolvidos no conflito continuem optando pelo uso da força.

O conflito indo-paquistanês acontece durante a já corrente Guerra Fria. Desse modo, ele está inserido no contexto de um mundo bipolar - dividido entre Estados Unidos e seus aliados capitalistas de um lado e União Soviética e seus aliados socialistas de outro (HOBSBAWN, 2004). Assim, uma das dificuldades a serem superadas pelos delegados é justamente o congelamento da atuação do CSNU pela oposição entre EUA e URSS criada pela Guerra Fria.

Se o desejo dos envolvidos no conflito for encontrar uma maneira para terminar a guerra, em um primeiro momento, um acordo entre aliados norte-americanos e soviéticos pode não ser facilitado pelas grandes potências desse momento. Há, porém, a possibilidade de que os países ali representados cheguem a um acordo

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

independente de serem aliados norte-americanos ou soviéticos. Dessa situação podem surgir aborrecimentos das grandes potências – que, se não gostarem dos termos e condições de um possível acordo, podem ameaçar retirar suas ajudas no conflito - até então oferecidas para seus respectivos aliados. Porém, também é possível que EUA e URSS, no decorrer das reuniões e das negociações, encontrem benéfico o fim do conflito indo-paquistanês.

No momento em que se passa tanto o conflito entre Índia e Paquistão e a Guerra Fria, um acordo entre aliados das superpotências seria provável? O que esse possível acordo significaria para EUA e URSS nesse momento? Uma guerra inserida no contexto de outra guerra (Fria) acarreta não só a análise do conflito entre Índia e Paquistão em si, mas também das alianças e ideologias que estão envolvidas na situação global do momento. Diferenças ideológicas e culturais poderão estar presentes nas reuniões. Essas podem influenciar os meios pelos quais os países pretendem utilizar-se para alcançar seus objetivos no fim nas reuniões.

Além disso, os países presentes nas reuniões podem lançar mão de recursos oferecidos pelo CSNU – como aplicação de sanções, retaliações, envio de forças armadas ou de uma missão de paz – para resolver a situação (ONU, 1945). Dependendo do andamento das discussões a guerra pode ser resolvida pela intermediação do conflito ou pela ação direta de tropas ou enviados especiais à zona de conflito. É importante que se atente, contudo, para as consequências possíveis na instabilidade da região do envio de forças externas.

As sanções nesse contexto poderiam vir como forma de tentar fazer com que um dos lados envolvidos na guerra pare suas investidas contra o outro. Para que isso aconteça, primeiramente, aquele que pretende fazer o outro sofrer as sanções tem que ter sucesso em expor seu ponto de vista e conseguir convencer a maioria de representantes presentes na reunião de que ele está certo e, portanto, que sanções devem ser aplicadas em seu inimigo a fim de que esse, ao sofrer com penalidades como corte de relações econômicas e diplomáticas com outros países, pare de atacá-lo e aceite uma negociação para o fim da guerra. Consequentemente, as consequências da aplicação de sanções podem vir a ser aqueles afetados por elas ou perceber que os danos causados pelas sanções são grandes e que não compense mais continuar com o conflito e, portanto, aceite negociar o fim da guerra ou, ao sofrer as sanções, decida continuar a guerra justamente para demonstrar seu desacordo e desaprovação quanto a essa medida.

Outro recurso que pode ser usado pelos delegados presentes na reunião é o envio de forças armadas a fim de alcançar o fim da guerra. Evidentemente, se esse recurso é aceito pelos ali presentes, isso pode significar que Índia e Paquistão

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

estão relutantes em chegar a um acordo para finalizar a guerra. Esse envio de forças armadas, debatido e planejado no âmbito do CSNU, envolverá a participação de exércitos de outros países na situação. Caso as reuniões caminhem para esse recurso, fica a cargo dos membros do CSNU contribuírem, de forma voluntária, com suas respectivas tropas para a missão, e decidirem qual o número de soldados será enviado para a zona de conflito (ONU, 1945). Essa decisão pode acarretar tanto o descontentamento dos primeiros envolvidos no conflito quanto o fim da guerra, caso a objeção seja pequena e a operação seja bem sucedida.

Uma Missão de Paz (“Peacekeeping Operation”), se considerada a solução para o problema em questão, implica sua aceitação do fim do conflito pelas partes envolvidas no conflito: Índia e Paquistão e, diferente do envio de forças armadas, a utilização da força não é o principal foco aqui (UNITED NATIONS, 2013). O que difere, então, uma Missão de Paz do envio de tropas para região do conflito é a maneira pela qual se pretende ajudar alcançar o fim do conflito: utilizando a força, no caso do envio de tropas, ou não, no caso da Missão de Paz. Ainda, esses dois recursos são utilizados em momentos distintos do processo de negociação de paz. Uma Missão toma precedência quando os lados envolvidos no conflito já acordaram com um fim para a guerra e, portanto, aceitam receber a Missão (UNITED NATIONS, 2013).

Desse modo, caso Índia e Paquistão concordem em receber uma Missão de Paz, essa seria direcionada a facilitar os processos políticos para o fim da guerra e manter a paz e a segurança na zona de conflito até que o CSNU julgue que o conflito já esteja superado. Ao adotar uma resolução que crie uma Missão de Paz para o caso Indo-Paquistanês os membros presentes na reunião devem: detalhar a tarefa a ser cumprida – monitoramento do fim do conflito -, contribuir, voluntariamente, com forças militar e policial (é dizer, tropas e agentes de outros Estados estarão envolvidos na missão) e acompanhar a operação até que esteja completa (ONU, 1945). A Missão de Paz pode ser uma ajuda importante para o fim do conflito, contudo, é importante enfatizar que para que uma operação dessas venha a ter êxito, primeiro, é necessário o consenso entre Índia e Paquistão de colocar um fim na guerra. Uma vez instalada uma Missão de Paz, essa pode representar tanto um avanço no fim definitivo da guerra e o restabelecimento de uma ordem no local quanto não o não alcance de seu objetivo no prazo estipulado e ter que ser estendida até que a situação seja normalizada no local. Por último, a Missão de Paz terá que lidar não só com questões militares, porém, e no caso da guerra Indo-Paquistanesa, ajudar a encontrar um ponto de equilíbrio na convivência de diferentes culturas e religiões no que concerne, principalmente, o fluxo migratório entre Índia e Paquistão (BATES, 2011).

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Em conclusão, esperamos que, seguindo todas as regras do Conselho de Segurança e também utilizando de todos os recursos disponíveis para a realização das reuniões, todos representantes de países presentes nas reuniões desfrutem a emocionante e inesquecível experiência que é participar de uma simulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

A década de 1970, em geral, foi marcada por disputas entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ainda que um maior controle sobre o conflito entre essas potências fosse evidente e estivesse em seu ápice. Sendo assim, é evidente que, durante a Guerra Fria, a conquista de áreas de influência era um dos principais aspectos do período, já que, em caso de outra guerra mundial, qualquer localidade estratégica poderia fazer toda a diferença (HOBSBAWN, 2004, 242-248).

Dessa forma, quando o conflito entre a Índia e o Paquistão tem início, cada potência vincula seu apoio a um dos lados. É importante ressaltar que o apoio não se deu por uma expressa declaração de guerra, afinal o conflito não se tornou uma guerra mundial, o apoio se deu por meios diplomáticos, econômicos e militares (MCMAHON, 1994).

PAÍSES PRESENTES NA REUNIÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA

ARGENTINA

Em 1966, tem início o período conhecido como Revolução Argentina, ou ditadura Argentina, por isso sua política externa não era o foco central das ações políticas do governo, ainda que fizesse parte das pautas governamentais. Ademais, é importante ressaltar que o apoio popular à ditadura não era favorável ao governo, dessa forma, o período ditatorial foi marcado por crises internas e insatisfação popular (BBC NEWS, 2013 a).

Outro fator importante desse período é que havia um grande repúdio ao socialismo ou comunismo, o que era transferido para o campo diplomático, uma vez que a Argentina, em sua maioria, não endossava as questões apontadas pela União Soviética durante as reuniões das Nações Unidas ou do Conselho de Segurança. Portanto, pode-se notar um alinhamento argentino em relação aos Estados Unidos. Isso se deu muito em função, também, do alto montante de empréstimos e créditos cedidos ao governo argentino nesse período. (ESCODÉ; CISNEROS, 1998).

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

BÉLGICA

A Bélgica é um país de importância notória no campo diplomático, visto que foi um dos fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE) e é até hoje suas sedes são situadas em Bruxelas, na capital da Bélgica (UNIÃO EUROPEIA, 2013). Com isso, percebe-se uma grande aproximação da Bélgica com os países do ocidente e, logo, com o Paquistão Ocidental, que também contava com a ajuda da OTAN.

A Bélgica mantém boas relações tanto com ambos Paquistões quanto com a Índia, visto que a Índia não era um país potencial de se tornar comunista. Porém, de modo a apoiar os EUA e a OTAN, que se colocavam contra os soviéticos, e também apoiar o Reino Unido devido ao processo de integração entre os países europeus, o governo belga acaba se aproximando de uma aliança voltada mais para Paquistão Ocidental e aliados do que para a Índia e o Paquistão Oriental.

Vale ressaltar, contudo, que a diplomacia belga sempre foi muito cautelosa e imparcial, não polarizando as discussões e sempre buscando resoluções com viés pacífico, por meio de negociações.

BURUNDI

Após três anos de guerra civil, Burundi alcança sua independência, em Julho de 1962, tornando-se uma monarquia constitucional. Passados dois meses após a independência da Bélgica, Burundi ingressa na ONU, buscando ganhar voz e representatividade no fórum multilateral. Durante toda a década de 1960, Burundi passou por crises internas alarmantes, visto que, mesmo atingindo a independência, ainda existia uma forte rivalidade entre as etnias Hutus e Tutsis. Em 1967, um líder Tutsi depôs o Príncipe Ntare V e declarou o país uma república (BBC NEWS, 2013 b).

Logo, é preciso ter em mente que Burundi, no começo da década de 70, buscava primeiramente conseguir estabilidade interna, sem se comprometer em larga escala com problemas internacionais. Assim, no que concerne a guerra indo-paquistanesa, Burundi visa atuar com uma diplomacia neutra, sem grandes comprometimentos econômicos ou políticos, porém, por ser um país ainda recente no sistema internacional, este vê como suma importância expor sua posição e mostrar efetividade no campo diplomático.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O suporte dado ao Paquistão Ocidental, que era a capital política do Paquistão, visava um fortalecimento da área de influência estadunidense, uma vez que a URSS, com sua influência comunista, possuía boas relações com a Índia e outros países da região. É importante lembrar que, nesse período de *détente* da Guerra Fria, as duas potências internacionais atuavam em busca da conquista de novas áreas de influência, logo o conflito indo-paquistanês se mostrava uma oportunidade para essa conquista (HOBSBAWN, 2004).

Dessa forma, além de buscar estreitar sua aproximação ideológica com Paquistão Ocidental, os EUA buscavam, principalmente, aumentar sua área de influência sobre o continente asiático, que era dominado pela presença soviética. Por isso, sua participação na guerra se deu, não somente através de investimentos na economia paquistanesa, mas também de apoio diplomático e militar (MCMAHON, 1994).

FRANÇA

A França passou por grandes alterações políticas e sociais em 1968, uma revolta conhecida como Maio de 1968, que resultou na saída do General De Gaulle do comando do país em 1969, após perda de um referendo, além de um aumento do apoio político social aos partidos mais democráticos e liberais. Portanto, tais alterações internas influenciaram, em certa medida, no âmbito da política externa do país (HOBSBAWN, 2004).

Todavia, o alinhamento francês aos países conhecidos como Aliados durante a Segunda Guerra Mundial continuou forte, com exceção apenas da política de distanciamento independente da França, a partir do governo de De Gaulle. Um reflexo disso foi a saída da França da Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN) em 1966 (SERVIÇO DE INFORMAÇÃO DO GOVERNO, 2013). Dessa forma, ainda assim seu apoio ao Paquistão Ocidental se mostrou notável durante a guerra indo-paquistanesa, como um apoio às decisões e propostas dos países ocidentais favoráveis e alinhados aos EUA.

ITÁLIA

Por ser um país da Europa Ocidental, ainda que tenha cortado relações diplomáticas com os EUA no período de duração da 2ª Guerra Mundial (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012 a), seu alinhamento mais provável e mais historicamente longínquo é com os EUA. Dessa forma, durante o conflito indo-

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

paquistanês o governo italiano não atuou de maneira diferente, alinhou-se com os EUA e, conseqüentemente, com o Paquistão Ocidental e a Índia.

Ademais, é importante ressaltar que durante esse período a Itália ainda buscava por um apaziguamento da posição negativa que os outros países europeus possuíam em relação a ela, uma vez que foi um dos países formadores do Eixo durante a 2ª Guerra Mundial.

JAPÃO

Com o término da Segunda Guerra Mundial, foi acordado o Pacto de Assistência Mútua Japão-Estados Unidos, cuja renovação se deu em 1960, gerando uma crise política interna no Japão de grandes dimensões. Tal crise contestava a aproximação com os EUA e constante dependência do apoio militar estadunidense, uma vez que as forças armadas japonesas poderiam somente proteger o país de crises internas, ao passo que cabia aos EUA proteger o território japonês das ameaças externas (GLOBAL SECURITY, 2013).

Sendo assim, a aproximação com os EUA garantiu, durante as três décadas após a 2ª Guerra Mundial, inclusive em 1971, na Guerra Indo-paquistanesa, um alinhamento maior em relação ao Paquistão Ocidental, cujo controle político era notável perante os dois Paquistões. Ademais, a aproximação com a URSS se encontrava abalada desde a Segunda Guerra Mundial, graças a interesses distintos em relação a uma possível subordinação japonesa à URSS. Por outro lado, sua relação diplomática com o governo chinês obteve uma melhora no início da década de 1970, resultando no fim do conflito sino-japonês².

NICARÁGUA

A Nicarágua mantém uma relação próxima do governo estadunidense desde 1909, quando este ajudou a depor o General Jose Santos Zelaya, que instaurou uma ditadura na Nicarágua em 1912. Tal aproximação se estreitou em 1912, quando foram instaladas no território nicaraguense bases militares estadunidenses.

Ademais, o alinhamento nicaraguense em relação aos EUA perdurou até a eleição de Daniel Ortega em 1984, quando o governo estadunidense bombardeou portos da Nicarágua, por causa da afeição que Ortega possuía à União Soviética. Portanto, durante o conflito indo-paquistanês, a Nicarágua manteve seu alinhamento aos

² O conflito sino-japonês teve início no século 19 e girava em torno da disputa pelo controle da Coreia do Norte. Com passar dos anos esse conflito foi se alterando e os interesses também mudaram.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

EUA e, conseqüentemente, endossou suas propostas na 1606ª Reunião do CSNU (BBC NEWS, 2012).

POLÔNIA

Em 1971, a Polônia fazia parte de um dos países formadores do território da União Soviética, por isso, suas políticas econômica e diplomática derivavam de planos da URSS. Dessa maneira, seu alinhamento na reunião 1606 do CSNU à URSS indicava, também, um apoio ao Paquistão Oriental, que dentre outras questões, exigia sua independência, além de atuar em favorecimento à Índia, que era aliada do Paquistão Oriental (BBC NEWS, 2013 c).

REINO UNIDO

A histórica e recorrente amizade entre os EUA e o Reino Unido após a independência estadunidense pode ser notada com ênfase durante grande parte os conflitos existentes durante o período de duração da Guerra Fria. No caso específico da guerra indo-paquistanesa, o apoio britânico expresso ao Paquistão Ocidental ocorreu muito em função de, além do alinhamento com os EUA, buscar afastar a influência socialista da URSS na Ásia.

Entretanto, a posição britânica nessa guerra não era tão simples, uma vez que, ao apoiar o Paquistão Ocidental, encontrava-se em um plano contrário ao Paquistão Oriental e, conseqüentemente, à Índia, que foi sua colônia durante anos. Com isso, ao passo que houve uma indisposição com sua antiga colônia, o Reino Unido buscava, também, caso a Índia ganhasse a guerra, aumentar e restituir sua influência sobre sua ex-colônia, que havia mostrado relações próximas à URSS.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A República Popular da China foi instituída em 1949 por Mao Tse-Tung. Todavia, seu reconhecimento pela ONU só se deu em 1971, quando a grande maioria dos países membros da ONU reconheceu sua existência. Além disso, foi em outubro desse ano que a China foi aceita como um membro permanente do CSNU.

Posto isso, o papel chinês em sua primeira reunião oficial de grande notoriedade internacional, como membro permanente do CNSU, foi mais pragmático e um tanto quanto apaziguador, uma vez que era preciso cautela para atuar. Ademais, é importante ressaltar que, para que sua entrada no CNSU fosse, de fato, legitimada, seu alinhamento político com os EUA foi necessário, logo, o seguimento das

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

políticas estadunidenses propostas durante a reunião foram bem aceitas pelo governo chinês.

A aproximação com o governo japonês e conseqüente concordância em algumas propostas também marcou o início de uma nova era na relação entre os dois países asiáticos, cujos conflitos eram marcantes e recorrentes. Portanto, a partir de 1971, pode-se notar uma maior flexibilidade na política externa chinesa, de maneira a melhorar seu relacionamento com os demais países, em especial, com os aliados aos EUA, por mais que seu traço marcante de maior isolamento continuasse presente (WORDEN *et.al.*, 1987).

Vale ressaltar que na década de 1960, as relações entre a China e a URSS degradam-se fortemente e Mao Tse-Tung coloca em causa os tratados assinados no século XIX entre os impérios russo e manchu. Estas tensões conduzem em 1969 a um confronto armado que fez centenas de mortos, na maioria chineses, mas não fazem alterar o traçado. A União Soviética ameaçou até mesmo destruir as instalações nucleares chinesas (COLIN, 2003).

SERRA LEOA

Para compreender o posicionamento da diplomacia de Serra Leoa no conflito indo-paquistânês, é preciso retomar à característica do seu processo de independência, o qual foi pacífico e por vias diplomáticas. Em 1960, houve encontros entre políticos do Reino Unido e de Serra Leoa, e já em 1961, Serra Leoa atingiu sua independência (CIA, 2013). Neste contexto, Serra Leoa continuou suas relações econômicas com sua ex-colônia e ingressou no grupo das *Commonwealth Nations* (BBC, 2005).

Desta maneira, considerando-se a estrita relação que se criou entre estes dois países, é provável que a posição político-diplomática de Serra Leoa se incline para a posição do Reino Unido a respeito da problemática. Ademais, visto que Serra Leoa é um país recente, assim como Burundi, seu posicionamento na reunião se aproximará de uma postura mais neutra.

SOMÁLIA

A Somália se tornou um país independente, em 1960, após a unificação das Somalilândias do Reino Unido e da Itália. (“GOOD...”, 2005). Considerada pela ONU como um país soberano (UNITED NATIONS, 2006), a Somália passa a fortalecer laços diplomáticos com os EUA, e também mantém relações com seus ex-colonizadores.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Em 1969, o governo vigente somali sofreu um golpe de estado, o que significou uma nova mudança nas posições político-ideológicas do país, ou seja, a nova liderança de cunho militar tinha caráter comunista, e cortou relações com o Oeste ao passo que se aproximava da União Soviética (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012 b). Apesar da Somália e do Paquistão darem início às suas relações econômicas em 1960, estas ainda se mostravam fracas por toda a década de 60 (SOMALI MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS AND INTERNATIONAL COOPERATION, 2013).

Assim, a posição da Somália no conflito ocorrido no subcontinente indiano visa dar mais prioridade aos seus aliados internacionais, de ideologia comunista, do que voltar-se para questões estritamente econômicas. Ademais, de modo a fortalecer seus laços diplomáticos, em 1970, a Somália, juntamente com outros países, apoiou a China, na Assembleia Geral, a reestabelecer a legitimidade de seu assento na ONU. É notório, portanto, a preocupação da Somália em alcançar maior voz no sistema internacional, dado seu estado interno precário (SOMALI MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS AND INTERNATIONAL COOPERATION, 2013).

SÍRIA

A Síria mantinha relações diplomáticas em segundo plano, de forma que não focava em uma atuação fervorosa nas organizações internacionais. Ademais, havia rompido relações diplomáticas com os EUA, sendo assim, não endossava suas decisões ou propostas durante a reunião, ainda que não tenha se mostrado extremamente favorável a algum alinhamento (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012 c).

Por isso, é importante ressaltar que a opinião e a atuação da Síria eram um tanto quanto neutras em seu relacionamento externo. (BBC NEWS, 2013 d).

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

A inserção soviética na Ásia se mostrava mais facilitada, uma vez que, além de estar no mesmo continente que os países envolvidos no conflito, a URSS mantinha boas relações com a Índia. Por consequência, houve uma aproximação facilitada em relação ao Paquistão Oriental em sua luta para independência aliado com a Índia.

Com isso, a URSS foi, por exemplo, um dos responsáveis para a entrada, como convidado, do Paquistão Oriental durante a 1606ª Reunião do CSNU (UNITED NATIONS, 1971, p. 155). Ademais, assim como os EUA, a URSS buscava um

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

aumento de sua influência sobre a área, de forma que maximizasse sua relação diplomática com a Índia e buscase uma melhora na relação com o Paquistão.

PAÍSES CONVIDADOS PARA A REUNIÃO DO CSNU

ARÁBIA SAUDITA

A Arábia Saudita se mostra de suma importância para a discussão acerca da problemática indo-paquistanesa pois, ao ser convidado como Estado participante para a reunião em questão, o país passa a representar diplomaticamente toda a região do Oriente Médio.

A preocupação da Arábia Saudita frente a esta questão é a de que o conflito possa transbordar tanto para a região do Oriente Médio quanto em nível global, fomentando uma guerra mundial envolvendo as duas superpotências EUA e URSS. Tendo uma forte economia voltada para o petróleo, uma guerra em grandes proporções poderia desestabilizar o comércio petrolífero, que vinha beneficiando notoriamente a Arábia Saudita e os países do Oriente Médio desde a 2ª Guerra Mundial (SOUSA, 2013).

O fator religioso também faz parte da política externa da Arábia Saudita, pois este considera como objetivo primário a disseminação do Islã no mundo, esperando oferecer solidariedade para os países também adeptos desta religião. Assim, haverá um maior apoio ao Paquistão Oriental, país com grande quantidade de muçulmanos (METZ, 1993).

Portanto, a Arábia Saudita buscará tomar uma posição pacífica frente ao conflito. Contudo, devido ao fato da Arábia Saudita ter cortado relações diplomáticas com a URSS desde 1938, as negociações se darão com maiores complicações, dada a posição anticomunista (METZ, 1993).

ÍNDIA

O posicionamento da Índia na guerra indo-paquistanesa de 1971 se mostra bastante claro, uma vez que visa o retorno dos migrantes paquistaneses, que fugiram do Paquistão Oriental, para seu país de origem, além da tentativa de reconquista do território da Caxemira, o qual havia perdido em uma disputa com o Paquistão anos antes. Sendo assim, é evidente que, ainda que tenha feito um alinhamento com o Paquistão Oriental, a Índia possuía seus próprios interesses na

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

guerra e não aceitaria qualquer proposta de resolução cujo desfecho não lhe beneficiasse.

Ademais, as disputas com o Paquistão não eram novidade, de maneira que ambos países já apresentavam opiniões e objetivos distintos no passado. Por isso, uma dissolução do conflito não seria facilitada pelos indianos, uma vez que a tensão com o vizinho era histórica.

PAQUISTÃO

O início do conflito indo-paquistanês foi gerado, em parte, pelo grande número de imigrantes do Paquistão Oriental para a Índia, em busca de melhores condições de vida, graças ao conflito interno entre Paquistão Oriental e Ocidental, por suas disparidades socioeconômicas. Além disso, é fundamental levar em consideração o conflito histórico entre o Paquistão, em geral, com a Índia por causa de territórios, como a Caxemira.

A divisão entre Paquistão Ocidental, a capital política e econômica dos Paquistões, e Paquistão Oriental é fundamental para a compreensão da extensão do conflito e a dificuldade de se estabelecer uma solução do conflito, além do alinhamento com a Índia por parte do Paquistão Oriental, que garantiu maiores e melhores recursos militares à esse Paquistão.

TUNÍSIA

A Tunísia se encontrava sob domínio da ditadura de Habib Bourguiba desde 1956, de forma que seu posicionamento perante a política externa do país era de uma tentativa de neutralidade, ainda que suas relações com a Europa Ocidental fosse mais próximas, não somente pela proximidade geográfica, mas, também pelo fluxo de imigração entre a Tunísia e esse continente. (BBC NEWS, 2013 e).

Dessa forma, o convite da Tunísia para a reunião indicava um alinhamento ao Paquistão Ocidental e à política estadunidense, uma vez que mantinha maiores e mais frutíferas relações com a Europa Ocidental, do que com a Europa Oriental e os países comunistas.

REFERÊNCIAS

BATES, Crispin. **The Hidden Story of Partition and its Legacies**. BBC. 03 mar. 2011. Disponível em:

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

<http://www.bbc.co.uk/history/british/modern/partition1947_01.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2013.

BBC - BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **1961: Sierra Leone wins independence.** BBC On This Day 1950-2005, 2005. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/april/27/newsid_250200/2502411.stm>. Acesso em: 23 jul. 2013.

BBC NEWS. "Nicaragua profile". **BBC News Latin America and Caribbean**, 25 out. 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-19909695>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BBC NEWS. "Poland profile". **BBC News Europe**. 3 jul. 2013. c Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-17754512>>. Acesso em: 25 jul, 2013.

BBC NEWS. "Syria profile". **BBC News Middle East**. 23 jul. 2013 d. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-14703995>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BBC NEWS. "Tunisia profile". **BBC News Africa**. 21 mai. 2013 e. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-14107720>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

BBC NEWS. "Argentina Profile". **BBC News Latin America and Caribbean**, 12 Mar. 2013 a. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-18712378>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BBC NEWS. "Burundi profile". **BBC News Africa**, 5 jun. 2013 b. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13087604>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. "Sierra Leone". **The World Factbook**, 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sl.html>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

COLIN, Sébastien. **Le développement des relations frontalières entre la Chine et la Russie.** Les Études du CERI – Science Po, No. 96, julho 2003. Disponível em: <<http://www.sciencespo.fr/ceri/en/content/le-developpement-des-relations-frontalieres-entre-la-chine-et-la-russie>>. Acesso em: 11 set. 2013.

ESCUDE, Carlos; CISCEROS, Andrés. "Cap. 66: La revolución argentina (1966-1973)". **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina.** Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, 1998.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/14/14-001.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

GLOBAL SECURITY. **Japan Introduction**. Global Security.org, 2013. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/japan/intro.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2013

“GOOD Governance and Somalis?”. **Buluugleey Website**. 29 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.buluugleey.com/warkiidanbe/Governance.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

MCMAHON, Robert J. "United States Cold War Strategy in South Asia: making a a Military Commitment to Pakistan, 1947-1954". **The Journal of American History**. Vol. 75, n. 3 (dez. 1988), p. 812-840. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1901531?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21102565707803>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

METZ, Helen Chaping (ed). "Saudi Arabia: Islam". In: **Saudi Arabia: a country study**. Federal Research Division, Library of Congress, 1993. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field%28DOCID+sa0110%29>>. Acesso em: 7 ago. 2013

MICHAELIS. **Verbetes Anacronismo**. São Paulo: Melhoramentos, 2013. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=anacronismo>> Acesso em: 11 ago. 2013.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta Das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. São Francisco, 1945.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO DO GOVERNO. "A França e a OTAN". **France.fr**, 2013. Disponível em: <<http://www.france.fr/pt/conhecer/defesa-e-seguranca/franca-e-otan>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

SOMALI MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS AND INTERNATIONAL COOPERATION. **Our Diplomatic Relations**, 2013. Disponível em: <<http://www.mfa.somaligov.net/Diplomatic%20Relations.html>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SOUSA, Rainer. "Crise do Petróleo". **Brasil Escola**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/petroleo1.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

- U.S. DEPARTMENT OF STATE. **U.S. relations with Syria.** Bureau of Near Eastern Affairs, 24 out. 2012 c. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/3580.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2013
- U.S. DEPARTMENT OF STATE. **U.S. relations with Italy.** Bureau of European and Eurasian Affairs, 14 ago. 2012 a. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/4033.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2013.
- U.S. DEPARTMENT OF STATE. **U.S. relations with Somalia.** Bureau of African Affairs, 27 dez. 2012 b. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2863.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2013.
- UNIÃO EUROPEIA. "Bélgica". **Europa.eu**, 2013. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/belgium/index_pt.htm>. Acesso em: 23 jul. 2013.
- UNITED NATIONS (UN). **Member states of The United Nations.** United Nations, 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/en/members/>>. Acesso em: 23 jul. 2013.
- UNITED NATIONS (UN). **Peacekeeping Operations.** United Nations Peacekeeping, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/>>. Acesso em: 11 ago. 2013.
- UNITED NATIONS (UN). "Situation in the India/Pakistan Subcontinent". **Chapter VIII: Maintenance of international peace and security.** 1971. Disponível em: <http://www.un.org/en/sc/repertoire/69-71/Chapter%208/69-71_08-13-Situation%20in%20the%20India-Pakistan%20subcontinent.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2013.
- WORDEN, Robert L.; SAVADA, Andrea Matles; DOLAN, Ronald E. (eds.). "Evolution of foreign policy". In: **China: A Country Study.** Washington: GPO for the Library of Congress, 1987. Disponível em: <<http://countrystudies.us/china/123.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

REGRAS ESPECIAIS DE PROCEDIMENTO PARA A 1606^a REUNIÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

1. Conduta durante a Votação de um Rascunho de Resolução

O Secretário-Geral deve imediatamente chamar a atenção de todos os representantes no Conselho de Segurança para todos comunicados dos estados, órgãos das Nações Unidas, ou preocupações relativas a qualquer assunto que exija a consideração do Conselho de Segurança de acordo com as disposições da Carta das Nações Unidas.

O Secretário-Geral pode designar membros do Secretariado para participar de alguma reunião do Conselho. Os membros selecionados do Secretariado devem fornecer apoio logístico e técnico para as discussões do Conselho de Segurança, contribuindo para o Conselho com documentos formais e informais enviados especificamente para o Conselho ou tratando de assuntos que o dizem respeito. Rascunhos de comunicados em nome do Conselho também podem ser enviados para sua apreciação quando o Secretariado considerar válido.

2. Maiorias de Voto

As decisões do Conselho de Segurança em questões procedimentais devem ser feitas por uma maioria simples. As decisões em questões substanciais devem ser feitas por um voto afirmativo de 9 membros e nenhum voto negativo por parte dos membros permanentes; considerando que, em decisões do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas e do parágrafo 3 do Artigo 52, um participante de uma disputa deve se abster na votação.

As questões aqui consideradas como substantivas são a Aprovação de Emendas para o Rascunho de Resolução, a aprovação de um Rascunho de Resolução e a aprovação de cláusulas/partes da divisão da questão.

3. Forma de Debate

A menos que declarado de outra forma, todas as sessões do Conselho de Segurança são consideradas fechadas. Sessões fechadas são secretas e todas as informações dos procedimentos são confiadas à discrição dos participantes. Sessões fechadas

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

seguem o formato de debate moderado sempre, exceto quando moções são movidas.

Além dos três pontos descritos nas Regras Gerais de Procedimento, as seguintes moções serão aceitas (de acordo com a ordem de precedência): Moção para Adiamento da Sessão, Moção para Consultas (que funciona da mesma maneira que a Moção para Debate Não Moderado, tendo os mesmos efeitos), Moção para Fechamento do Debate, Moção para Introdução de um Rascunho de Resolução, Moção para Introdução de uma Emenda, Moção para Divisão da Questão e Moção para Votação por Chamada.

Depois de a Moção para Fechamento do Debate em um Rascunho de Resolução específico ter sido aprovada, a única Moção em ordem é para a Divisão da Questão.

4. Participação nas Deliberações do Conselho

Se algum membro do Conselho desejar convidar um indivíduo ou representante de uma organização ou governo para participar (sem direito de voto em questões substanciais) das deliberações do Conselho, ele ou ela deve submeter um pedido escrito para a Mesa. A Mesa irá perguntar se algum membro do Conselho se opõe ao convite. Se não houver objeções, o convite será emitido.

5. Carta para o Secretário-Geral

Se algum membro do Conselho desejar emitir uma carta diretamente ao Secretário-Geral, ou destinada a ser transmitida a uma organização ou governo relevante para as deliberações do Conselho, ele ou ela deve submeter um pedido escrito e a carta à Mesa. A Mesa irá perguntar se algum membro do Conselho se opõe à carta. Se não houver objeções, a carta será emitida.

6. Rascunhos de Resolução e Emendas

Em sessões fechadas, mais de um Rascunho de Resolução e Emenda pode estar em discussão ao mesmo tempo. Todos os Rascunhos de Resolução e Emendas devem ser discutidos simultaneamente, porém o Conselho só pode aprovar uma Resolução.

Antes de serem introduzidos ao debate, todos Rascunhos de Resolução e Emendas necessitam da aprovação da Mesa. Rascunhos de Resolução necessitam de cinco assinaturas e Emendas necessitam de três para serem introduzidos. Uma vez que o

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Rascunho de Resolução ou a Emenda foi aprovado/a, pode ser suspenso/a somente se todos os assinantes removerem sua assinatura.

Emendas Amigáveis são permitidas.

Antes de votar uma Emenda, os delegados podem mover para Votação por Chamada.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

EXEMPLO DE RASCUNHO DE RESOLUÇÃO

RASCUNHO DE RESOLUÇÃO Nº 1

Conselho de Segurança das Nações Unidas

Problemas referentes à paz no que concernem atos terroristas

Apoiado por: Reino Unido, Togo, Marrocos, Guatemala, Rússia

O Conselho de Segurança,

Reafirmando as resoluções 1.269 (1999) de 19 de outubro e 1.368 (2001) de 12 de setembro de 2001,

Reafirmando também a condenação inequívoca dos ataques terroristas ocorridos em Nova York, Washington, D.C. e Pensilvânia, em 11 de setembro de 2001, e expressando a determinação de prevenir esses atos,

Reafirmando ademais que tais atos, como quaisquer outros atos de terrorismo internacional, constituem uma ameaça à paz e à segurança internacional,

Reafirmando o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva tal como reconhecido pela Carta das Nações Unidas e reiterado na resolução 1.368 (2001),

Reafirmando a necessidade de combater por todos os meios, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, ameaças à paz e à segurança internacional causadas por atos terroristas,

Profundamente preocupado com o aumento, em várias regiões do mundo, de atos de terrorismo motivados pela intolerância ou o extremismo,

Instando os Estados a trabalhar urgentemente em conjunto para prevenir e reprimir atos terroristas, inclusive por meio de maior cooperação e da implementação integral das convenções internacionais específicas sobre o terrorismo,

Reconhecendo a necessidade de os Estados complementarem a cooperação internacional pela adoção de medidas adicionais para prevenir e reprimir, em seus territórios, por meios legais, o financiamento e a preparação de quaisquer atos de terrorismo,

Reafirmando o princípio estabelecido pela Assembleia Geral na declaração de outubro de 1970 (resolução 2.625 (XXV)) e reiterado pelo Conselho de Segurança

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

na resolução 1.189 (1998) de 13 de agosto de 1998, qual seja o de que todo Estado tem a obrigação de abster-se de organizar, instigar, auxiliar ou participar de atos terroristas em outro Estado ou permitir, em seu território, atividades organizadas com o intuito de promover o cometimento desses atos,

Atuando ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. *Decide* que todos os Estados devem:

- (a) Prevenir e reprimir o financiamento de atos terroristas;
- (b) Criminalizar o fornecimento ou captação deliberados de fundos por seus nacionais ou em seus territórios, por quaisquer meios, diretos ou indiretos, com a intenção de serem usados ou com o conhecimento de que serão usados para praticar atos terroristas;
- (c) Congelar, sem demora, fundos e outros ativos financeiros ou recursos econômicos de pessoas que perpetram, ou intentam perpetrar, atos terroristas, ou participam em ou facilitam o cometimento desses atos. Devem também ser congelados os ativos de entidades pertencentes ou controladas, direta ou indiretamente, por essas pessoas, bem como os ativos de pessoas e entidades atuando em seu nome ou sob seu comando, inclusive fundos advindos ou gerados por bens pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, por tais pessoas e por seus sócios e entidades;
- (d) Proibir seus nacionais ou quaisquer pessoas e entidades em seus territórios de disponibilizar quaisquer fundos, ativos financeiros ou recursos econômicos ou financeiros ou outros serviços financeiros correlatos, direta ou indiretamente, em benefício de pessoas que perpetram, ou intentam perpetrar, facilitam ou participam da execução desses atos; em benefício de entidades pertencentes ou controladas, direta ou indiretamente, por tais pessoas; em benefício de pessoas e entidades atuando em seu nome ou sob seu comando;

2. *Decide também* que todos os Estados devem:

- (a) Abster-se de prover qualquer forma de apoio, ativo ou passivo, a entidades ou pessoas envolvidas em atos terroristas, inclusive suprimindo o recrutamento de membros de grupos terroristas e eliminando o fornecimento de armas aos terroristas;
- (b) Tomar as medidas necessárias para prevenir o cometimento de atos terroristas, inclusive advertindo tempestivamente outros Estados mediante intercâmbio de informações;

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

(c) Recusar-se a homiziar aqueles que financiam, planejam, apoiam ou perpetram atos terroristas, bem como aqueles que dão homizio a essas pessoas;

(d) Impedir a utilização de seus respectivos territórios por aqueles que financiam, planejam, facilitam ou perpetram atos terroristas contra outros Estados ou seus cidadãos;

(e) Assegurar que qualquer pessoa que participe do financiamento, planejamento, preparo ou perpetração de atos terroristas ou atue em apoio destes seja levado a julgamento; assegurar que, além de quaisquer outras medidas contra o terrorismo, esses atos terroristas sejam considerados graves delitos criminais pelas legislações e códigos nacionais e que a punição seja adequada à gravidade desses atos;

(f) Auxiliar-se mutuamente, da melhor forma possível, em matéria de investigação criminal ou processos criminais relativos ao financiamento ou apoio a atos terroristas, inclusive na cooperação para o fornecimento de provas que detenha necessárias ao processo;

(g) Impedir a movimentação de terroristas ou grupos terroristas, mediante o efetivo controle de fronteiras e o controle da emissão de documentos de identidade e de viagem, bem como por medidas para evitar a adulteração, a fraude ou o uso fraudulento de documentos de identidade e de viagem;

3. *Exorta* todos os Estados a:

(a) Encontrar meios de intensificar e acelerar o intercâmbio de informações operacionais, especialmente com relação às ações ou movimentações de terroristas e de suas redes; com relação à fraude ou falsificação de documentos de viagem; com relação ao tráfico de armas, explosivos ou materiais sensíveis; com relação ao uso de tecnologias de comunicação por grupos terroristas; e com relação à ameaça causada pela posse de armas de destruição em massa por grupos terroristas;

(b) Intercambiar informações em conformidade com as leis nacionais e o direito internacional e cooperar em assuntos administrativos e judiciários para evitar o cometimento de atos terroristas;

(c) Cooperar, particularmente por intermédio de arranjos e acordos bilaterais e multilaterais, para prevenir e reprimir o cometimento de ataques terroristas, bem como adotar medidas contra os perpetradores desses atos;

(d) Tornar-se parte, tão logo quanto possível, das convenções e protocolos internacionais específicos sobre terrorismo, inclusive a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo de 9 de dezembro de 1999;

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

(e) Incrementar a cooperação e implementar integralmente as convenções e protocolos internacionais específicos sobre terrorismo, bem como as resoluções 1269 (1999) e 1368 (2001) do Conselho de Segurança;

(f) Tomar as medidas apropriadas em conformidade com as disposições das legislações nacionais e do direito internacional, inclusive de acordo com padrões internacionais de direitos humanos, antes de conceder o status de refugiado, de modo a assegurar que o mesmo não seja concedido a solicitante que tenha planejado, facilitado ou participado da execução de atos terroristas;

(g) Assegurar, em conformidade com o direito internacional, que o instituto do refúgio não seja indevidamente utilizado por perpetradores, organizadores ou cúmplices de atos terroristas, e que a alegação de motivação política do crime não seja reconhecida como fundamento para denegar a extradição de acusados de terrorismo;

4. *Ressalta* com preocupação a estreita ligação entre o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, o narcotráfico, a lavagem de dinheiro, o contrabando de materiais nucleares, químicos, biológicos e outros materiais potencialmente mortíferos, e, nesse sentido, enfatiza a necessidade de incrementar a coordenação de esforços nos níveis nacional, sub-regional, regional e internacional de modo a fortalecer uma reação global a essa séria ameaça e desafio à segurança internacional;

5. *Declara* que atos, métodos e práticas de terrorismo são contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas, e que o financiamento, planejamento e incitamento deliberado de atos terroristas são igualmente contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas;

6. *Decide* estabelecer, nos termos da regra 28 das Regras Provisórias de Procedimento, um Comitê do Conselho de Segurança, constituído por todos os membros do Conselho, com o objetivo de monitorar, com a assistência de peritos, a implementação desta resolução; e exorta todos os Estados a informar aquele Comitê as medidas adotadas para implementar esta resolução no prazo de 90 dias, a contar da data de sua aprovação, e subsequentemente de acordo com cronograma a ser proposto por aquele Comitê;

8. *Expressa* sua determinação de tomar todas as medidas necessárias a fim de assegurar a implementação integral desta resolução, de acordo com as responsabilidades que lhe confere a Carta;

9. *Decide* manter essa questão sob sua consideração.